



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso, 105/159, 9º andar, Porto

Capital social: 30.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal
501669477

Relatório e Contas - 1º SEMESTRE 2017

- **Volume de Negócios consolidado de 204,4 milhões de euros**
- **Volume de Negócios sem EOG (Eat Out Group) de 129,2 milhões de euros**
Crescimento de 19,4% face ao 1º semestre de 2016 ajustado
- **EBITDA consolidado de 25,7 milhões de euros.**
- **EBITDA sem EOG de 18,0 milhões de euros.**
Crescimento de 29,2% face ao período homólogo de 2016 ajustado
- **Resultado líquido consolidado de 9,7 milhões euros**
- **Resultado líquido consolidado sem EOG de 9,0 milhões de euros**
Crescimento de 58,6% face ao período homólogo de 2016 ajustado

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

Actividade

O volume de negócios consolidado que no primeiro semestre de 2017 ascendeu a 204,4 milhões de euros (129,2 milhões de euros sem Eat Out Group), compara com 108,1 milhões de euros no período homólogo, distribuídos da seguinte forma:

Volume de Negócios	1ºS 2017 s/EOG		EOG	1ºS 2017	
	Milhões de euros	Var 17/16		Milhões de euros	Milhões de euros
Vendas Restauração	127,64	19,6%	73,09	200,73	88,0%
Vendas Mercadorias	1,25	25,8%	0,00	1,25	25,8%
Prestação Serviços	0,28	-28,6%	2,10	2,38	510,2%
Volume de Negócios	129,16	19,4%	75,19	204,35	89,0%

No segundo trimestre, o mercado de restauração manteve a dinâmica favorável evidenciada no primeiro trimestre, acrescida de um efeito calendário positivo e do contributo da aquisição da Eat Out Group no final de Outubro, o que permitiu que a Ibersol tenha registado um aumento de vendas de restauração de 88,0%.

Eliminando o efeito da aquisição da Eat Out Group, o crescimento de vendas de restauração no semestre foi de 19,6%. Na Península Ibérica, manteve-se a dinâmica de crescimento muito favorável, nomeadamente em Portugal, onde cresce o efeito da alteração da taxa de IVA da restauração a 1 de Julho de 2016, que se estima em 4,5% sobre as vendas acumuladas do semestre. Por outro lado, em Angola, a partir do segundo trimestre, verificou-se uma inversão da tendência de crescimento.

A aquisição da Eat Out Group, contribuiu para um maior volume de prestação de serviços, resultante dos proveitos provenientes de royalties dos franquizados.

Todos os segmentos apresentam uma evolução positiva com crescimentos no mesmo universo, com destaque para o segmento de balcões, com o maior contributo em valor, nomeadamente a KFC e Burger King, influenciados por um maior número de unidades em operação e ganhos de quota de mercado.

Vendas Restauração	1ºS 2017 s/EOG		EOG	1ºS 2017	
	Milhões de euros	Var 17/16		Milhões de euros	Milhões de euros
Restaurantes	36,94	10,6%	8,96	45,90	37,5%
Balcões	76,59	21,9%	16,29	92,89	47,8%
Concessões e Catering	14,10	34,1%	47,84	61,94	488,8%
Vendas Restauração	127,64	19,6%	73,09	200,73	88,0%

Os negócios agrupados em “Catering e Concessões” com o melhor desempenho relativo, beneficiaram da realização de um elevado número de eventos de grandes dimensões e do aumento do tráfego verificado nos espaços concessionados, nomeadamente aeroportos em que operam.

O contributo da integração das vendas dos restaurantes próprios da EOG ascendem a 73,09 milhões com especial destaque para os cerca de 48 milhões de vendas em espaços concessionados.

Durante o semestre, encerramos 27 unidades, 11 próprias e 16 franquizadas.

Os encerramentos das unidades próprias, decorreram do termo do período de concessão de 7 unidades concessionadas em Espanha (6 das quais no aeroporto de Fuerteventura) e 4 por opção de não renovação dos respectivos contratos (Pans Plaza Norte, PH Carnaxide, Okilo e Pasta Caffé Vila Real).

Dando continuidade ao processo de avaliação da rede de franquizados, procedeu-se ao encerramento de 8 unidades da Santamaria e 8 Pans em Espanha.

No que concerne ao plano de expansão para este ano, concretizaram-se já as aberturas de 8 novas unidades, 6 próprias e 2 franquizadas.

Cumprindo o programa de abertura de novas unidades da Burger King, foram realizadas as aberturas de 3 restaurantes, nas cidades de Chaves, Évora e Palmela. Adicionalmente, concretizou-se abertura de uma nova unidade da KFC na cidade do Porto e de duas novas concessões, localizadas no aeroporto de Santa Maria nos Açores e na estação de comboios em Lérida.

Registou-se uma alargamento da rede de franquizados da Ribs em Espanha, com a abertura de duas novas unidades.

Em Espanha foi ainda iniciado o processo de conversão de unidades da Pizza Móvil em Pizza Hut com a inauguração de 3 unidades.

No final do trimestre, o número total de unidades era de 648 (499 próprias e 149 franquizadas), conforme se passa a explicitar:

Nº Unidades	2016	2017			2017
	31-Dec	Aberturas	Transf	Encerramentos	30-Jun
PORTUGAL	307	5		3	309
Próprias	306	5		3	308
Pizza Hut	93			1	92
Okilo+MIT	5			1	4
Pans+Floulotte	46				46
Burger King	66	3			69
KFC	18	1			19
Pasta Caffé	10			1	9
Quiosques	8				8
Cafetarias	30				30
Catering	7				7
Concessões e Outros	23	1			24
Franquiadas	1				1
ESPAÑA	340	3		24	319
Próprias	188	1	0	8	181
Pizza Móvil	34		-3		31
Pizza Hut	0		3		3
Burger King	33				33
Pans	38			1	37
Ribs	9				9
FrescoCo	3				3
Concessões	71	1		7	65
Franquiadas	152	2		16	138
Pizza Móvil	16				16
Pans	67			8	59
Ribs	25	2			27
Fresco	8				8
SantalMaria	36			8	28
ANGOLA	10				10
KFC	9				9
Pizza Hut	1				1
Outras Localizações - Franquiadas	10				10
FrescoCo Índia	2				2
Pans Itália	8				8
Total Próprias	504	6	0	11	499
Total Franquiadas	163	2	0	16	149
TOTAL	667	8	0	27	648

Resultados

O resultado líquido consolidado no final do primeiro semestre atingiu o valor de 9,7 milhões de euros, 0,9 milhões de euros superior ao período homólogo de 2016. Conforme consta no relatório do primeiro semestre de 2016 o resultado desse período incorporava 3,1 milhões de euros de proveitos não recorrentes.

Para efeitos comparativos com o primeiro semestre do ano transacto tomaremos como referência as contas ajustadas do 1º semestre de 2016, nas quais é eliminado o efeito das compensações financeiras pelas perdas de tráfego originadas pela implementação de portagens nas ex-Scuts.

No primeiro semestre de 2017 o resultado está influenciado pela consolidação da EOG, pelo que, de forma a facilitar a compreensão dos indicadores de 2017, consideramos os dois perímetros, com e sem consolidação da Eat Out Group:

	2017		2016	
	1º Sem 17 Total	1º Sem 17 (sem EOG)	1º Sem 16 Total	1º Sem 16 (Ajustado Não Recorrentes)
Proveitos operacionais				
Vendas	201.971.411	128.884.567	107.750.310	107.750.310
Prestações de serviços	2.379.694	278.528	389.995	389.995
Outros proveitos operacionais	4.935.446	1.445.071	4.628.060	2.230.302
Total de proveitos operacionais	209.286.551	130.608.166	112.768.365	110.370.607
Total de custos operacionais	197.694.560	120.594.178	101.855.269	101.855.269
Resultados Operacionais	11.591.991	10.013.988	10.913.096	8.515.338
Ebitda	25.664.215	18.033.818	16.355.446	13.957.688
Custo de Financiamento Líquido	2.454.568	1.840.069	-579.756	990.567
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP	25.201	25.201	1.880	1.880
Resultados antes de impostos	9.162.624	8.199.120	11.494.732	7.526.651
Imposto sobre o rendimento	-518.312	-767.081	2.707.545	1.874.248
Resultado líquido consolidado	9.680.936	8.966.201	8.787.187	5.652.403

O resultado líquido consolidado no primeiro semestre é de cerca de 9,7 milhões de euros, representando um crescimento de 10,2%, relativamente aos 8,8 milhões de euros do período homólogo de 2016.

Não considerando a Eat Out Group no perímetro de consolidação, o resultado líquido apresenta um crescimento de 58,6%.

A **margem bruta** registada foi de 77,0% do volume de negócios (1ºSemestre 16: 75,6%) evidenciando uma melhoria por consolidação dos negócios da EOG, que pela sua tipologia têm uma margem bruta superior, nomeadamente o contributo do negócio de franquias.

Sem considerar o contributo da EOG, a margem bruta foi de 75,3% (1ºSemestre 16: 75,6%). O efeito da redução da taxa de iva na margem bruta, foi absorvida pelo aumento do peso dos balcões e eventos de catering no volume de vendas total, segmentos caracterizados por operarem com margens inferiores e um aumento dos níveis de agressividade promocional, nas quais se destaca a parceria com o Cartão Continente.

Os **custos com pessoal** aumentaram 89,7%, ao nível do aumento da actividade, representando 31,7% do volume de negócios.

Sem a EOG o aumento desta rubrica foi de 15,4%, inferior ao nível de aumento de actividade de 19,4%. Em 2017, o peso desta rubrica reduziu para 30,5% do volume de negócios (31,6% em 2016). A conjugação do aumento da atividade, da diluição dos custos de estrutura e do ganhos decorrentes da redução do iva, compensaram os efeitos da subida do salário mínimo em Portugal e dos custos de formação incorridos para a abertura de novas unidades.

Os custos em **FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos)** cresceram 103,4%, passando a representar 34,1% do volume de negócios (1º Semestre 16: 31,7%). Para este aumento, tem especial relevância a incorporação de uma componente substancial do negócio em regime de franquia e o aumento de actividade em concessões, caracterizada por rendas elevadas.

No perímetro sem EOG, o aumento da rubrica de FSEs foi de 16,1%, passando a representar 30,8% do volume de negócios, menos 0,9 p.p. do que no período homólogo de 2016.

Os **outros proveitos operacionais**, ascenderam a 4,9 milhões de euros, com um contributo significativo da Eat Out Group no valor de 3,5 milhões de euros, que correspondem a participações de fornecedores e a um proveito gerado no trespasse de um restaurante no montante de 0,8 milhões de euros.

Sem a EOG, redução de cerca de 0,8 milhões de euros correspondendo quase na íntegra aos proveitos ocasionais provenientes de serviços de consultadoria prestados em igual período do ano anterior.

Os **outros custos operacionais**, ascenderam a cerca de 2,0 milhões de euros, dos quais se destacam custos associados aos encerramentos (0,7 milhões de euros) e montante de 0,7 milhões de euros em taxas e impostos.

Sem EOG, registam uma redução de 5,7% face ao ano anterior.

Consequentemente, o **EBITDA** ascendeu a 25,7 milhões de euros, representando um aumento de 57% face a igual período do ano anterior.

O **EBITDA** sem EOG registou um aumento de 4,1 milhões de euros tendo ascendido a 18,0 milhões de euros, ou seja mais 29,2% do que no período homólogo do ano anterior.

A margem EBITDA total foi de 12,6% e sem EOG situou-se em 14,0% do volume de negócios que compara com 12,9% no primeiro semestre de 2016.

A margem **EBIT** consolidada foi de 11,6 milhões de euros, representando 5,7% do volume de negócios.

Sem EOG, a margem **EBIT** de 7,8% do volume de negócios, ao nível do primeiro semestre de 2016, correspondendo a um resultado operacional de 10,0 milhões de euros. Para este resultado contribuiu um crescimento no valor das amortizações, que representam 6,2% do volume de negócios (5,0% no 1º semestre de 16). Este crescimento no valor das amortizações, resultou de uma política de remodelações e actualizações de imagem mais frequentes e da expansão predominantemente assente na abertura de drives, com níveis de investimento mais elevados.

O **custo de financiamento líquido** consolidado foi de cerca de 2,4 milhões de euros, cerca de 3 milhões de euros superiores aos do 1º semestre de 2016, que beneficiou de um proveito não recorrente de 1,6 milhões de euros.

O custo médio dos financiamentos no 1º semestre de 2017 foi de 2,5%, substancialmente inferior ao verificado no 1º semestre de 2016, em consequência da diluição do peso do endividamento em Angola, decorrente do financiamento contraído para aquisição da EOG.

O **imposto sobre o rendimento** do período, ascende a 2,2 milhões de euros, ao qual corresponde uma taxa efectiva de 24,5%. No primeiro semestre, foram reconhecidos benefícios fiscais em 2,8 milhões de euros, decorrentes da aplicação do RFAI na declaração de rendimentos relativa ao exercício de 2016.

Situação Financeira

O Activo Total ascendeu a cerca de 421 milhões de euros e o Capital Próprio situou-se em 160 milhões de euros, representando cerca de 38% do Activo.

O investimento total ascendeu a 13 milhões de euros, tendo sido efectuado um investimento de 2,7 milhões de euros na cozinha central em Portugal. Os restantes investimentos foram incorridos na expansão, cerca de 6 milhões de euros e o restante na reconversão de alguns restaurantes em Portugal e Espanha.

O endividamento remunerado líquido em 30 de Junho de 2017 ascendia a 103 milhões de euros, 6,4 milhões de euros inferior ao valor registado no final de 2016.

Acções Próprias

Por deliberação em Assembleia Geral realizada em 26 de Maio de 2017, o capital social aumentou de 24.000.000 para 30.000.000 de euros por incorporação de reservas. Esta operação foi registada na Conservatória Comercial do Porto no passado dia 4 de Julho de 2017.

Durante o primeiro semestre de 2017 não foram efectuadas transacções de acções próprias. Por efeito do aumento de capital a sociedade passou a deter 2.999.981 acções próprias, mantendo a participação de 9,9996% do capital, por um valor global de aquisição de 11.179.348 euros a que corresponde um preço médio por acção de 3,73€.

Riscos e incertezas

Mantendo-se a evolução de consumo na Península Ibérica, o risco da actividade está associado aos níveis de quotas que sejam atribuídos nos concursos para exploração de espaços concessionados.

Em Angola, a evolução do consumo e a desvalorização do AKZ, representam as principais incertezas, apesar da reduzida dimensão do negócio do grupo neste país. Adicionalmente, as limitações no montante de divisas disponibilizadas pelo BNA para pagamentos ao exterior, incrementam significativamente o risco cambial da operação em Angola.

Perspectivas

No segundo semestre, é de prever que se mantenha a tendência de crescimento das vendas, mantendo-se as margens, sendo que, em Portugal, os crescimentos de venda no primeiro semestre têm um impacto na ordem dos 7%, que não se verificará no segundo semestre.

O plano de expansão traduzir-se-á na concretização da abertura de pelo menos mais 12 novos restaurantes em Portugal até final do ano e na continuidade do plano de remodelações, nomeadamente da Pans e Pizza Hut. No 3º trimestre e até ao momento, já foram concretizadas as aberturas de 3 Burger King (Vila Real, Lagos e Setúbal) e 1 KFC na Amadora.

No que se refere à Eat Out Group, será dada continuidade ao processo de integração e especial atenção às fases seguintes dos concursos dos aeroportos de Barcelona e Gran Canaria, actualmente em fase de avaliação. Neste trimestre, foi atribuída uma unidade no aeroporto de Madrid, cuja abertura se concretizará até final do corrente ano.

Em Angola, a evolução dos negócios estará muito ligada à evolução política e económica do país. A pressão a que está sujeita a moeda angolana indicia que poderá ocorrer uma desvalorização da moeda na parte final deste ano e uma consequente quebra no consumo.

Eventos Subsequentes

Em 4 de Julho de 2017 foi registado na respectiva Conservatória o aumento de capital por incorporação de reservas no montante de 6.000.000 euros, representado por acções no valor nominal de 1 euro cada.

No dia 22 de Agosto foi divulgado ao Mercado o anúncio da operação de atribuição das novas acções prevendo-se que a admissão à cotação ocorra no próximo dia 6 de Setembro.

Porto, 31 de Agosto de 2017

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Declaração de Conformidade

Declaração de conformidade a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários cada um dos membros do órgão de administração abaixo identificados declaram que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) As demonstrações financeiras condensadas, referentes ao primeiro semestre de 2017, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período, a evolução dos negócios do desempenho e da posição do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

António Carlos Vaz Pinto Sousa
António Alberto Guerra Leal Teixeira
Juan Carlos Vázquez-Dodero

Presidente do Conselho de Administração
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vogal do Conselho de Administração

Participações Qualificadas

Em cumprimento do artigo 9º número 1 alínea c) do Regulamento da CMVM nº5/2008, indicamos os titulares de participações qualificadas conhecidos em 30 de Junho de 2017.

Accionista	nº acções	% capital social
ATPS - SGPS, S.A. (*)		
Diretamente	13.178.041	54,91%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.680	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.680	0,01%
Total participação detida / imputável	13.181.401	54,92%
Banco BPI, S.A.		
Fundo Pensões Banco BPI	480.000	2,00%
Total participação detida / imputável	480.000	2,00%
Magallanes Iberian Equity FI		
Total participação detida / imputável	686.573	2,86%
Bestinver Gestion GGIC		
Total participação detida / imputável	3.014.650	12,56%
Norges Bank		
Directamente	779.303	3,25%
FMR LLC		
Fidelity Management & Research Company	732.000	3,05%
Azvalor Asset Management SGIIC SA		
Total participação detida / imputável	514.686	2,14%

(*) Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

No semestre, a sociedade aumentou o capital de 24.000.000 para 30.000.000 acções por incorporação de reservas conforme deliberação da Assembleia Geral encontrando-se em curso o processo de admissão à cotação das novas acções e respetiva atribuição aos Accionistas. Para o efeito, consideramos apenas as acções que estão no mercado, ou sejam 24 milhões.

Informação dos Órgãos Sociais

Em cumprimento do Artigo 9º n.º1 alínea a9 do Regulamento da CMVM n.º5/2008, informamos as transações e o número de valores mobiliários emitidos pela sociedade ou por sociedades em relação de domínio detidos por parte dos membros dos Órgãos Sociais referentes ao 1º semestre

Conselho de Administração	Data	Aquisições/acréscimos (a)		Alienações		(a)
		n.º acções	preço	n.º acções	preço	SALDO 30.06.2017
António Alberto Guerra Leal Teixeira						
DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA (1)						9.996
Ibersol SGPS, SA						1.680
António Carlos Vaz Pinto Sousa						
CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA (2)						9.996
Ibersol SGPS, SA						1.680
(1) DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (3)						2.840
(2) CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (3)						2.840
(3) ATPS- S.G.P.S., SA						
Ibersol SGPS, SA						13.178.040
(a) não se consideram as acções correspondentes ao aumento de capital por incorporação de reservas apenas registado em Julho						

Informação de Transacções de Dirigentes

Em cumprimento do disposto no artigo 14º n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informamos que durante o primeiro semestre não foram comunicadas à sociedade transacções de acções da emitente efectuadas por dirigentes e pessoas estreitamente relacionadas com aqueles.

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

30 de Junho de 2017

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (valores em euros)

<u>ACTIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	7	178 780 789	179 388 621
Goodwill	8	111 156 658	111 156 658
Activos Intangíveis	8	13 989 121	14 990 885
Impostos diferidos activos		7 536 753	8 555 186
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas		2 442 832	2 417 631
Activos financeiros disponíveis para venda		470 568	440 541
Outros activos financeiros	14	9 110 746	10 438 768
Outros activos não correntes	15	6 531 413	6 574 793
Total de activos não correntes		<u>330 018 880</u>	<u>333 963 083</u>
Corrente			
Existências		10 968 315	11 547 211
Caixa e depósitos bancários		40 696 024	39 588 532
Imposto s/ rendimento a recuperar		2 340 595	2 332 391
Outros activos financeiros	14	9 884 479	7 041 574
Outros activos correntes	15	26 924 450	28 584 565
Total de activos correntes		<u>90 813 863</u>	<u>89 094 273</u>
Total do Activo		<u>420 832 743</u>	<u>423 057 355</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	9	30 000 000	24 000 000
Acções próprias		-11 179 348	-11 179 348
Reservas de conversão cambial		-1 993 776	-2 002 180
Outras reservas e resultados transitados		132 749 947	117 522 486
Resultado líquido do exercício		9 500 549	23 387 471
		<u>159 077 372</u>	<u>151 728 429</u>
Interesses que não controlam		513 786	333 399
Total do Capital Próprio		<u>159 591 158</u>	<u>152 061 828</u>
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos		113 698 036	130 457 713
Impostos diferidos passivos		9 683 786	10 187 932
Provisões		4 594 724	3 412 128
Instrumentos financeiros derivados		74 062	114 935
Outros passivos não correntes		193 616	208 040
Total de passivos não correntes		<u>128 244 224</u>	<u>144 380 748</u>
Corrente			
Empréstimos		49 314 657	36 333 949
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos		64 514 210	69 304 753
Imposto s/ rendimento a pagar		392 621	2 349 654
Outros passivos correntes	15	18 775 873	18 626 423
Total de passivos correntes		<u>132 997 361</u>	<u>126 614 779</u>
Total do Passivo		<u>261 241 585</u>	<u>270 995 527</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>420 832 743</u>	<u>423 057 355</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO de 2017 E 2016
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	5	201 971 411	107 750 310
Prestações de serviços	5	2 379 694	389 995
Outros proveitos operacionais	6	4 935 446	4 628 060
Total de proveitos operacionais		<u>209 286 551</u>	<u>112 768 365</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		47 051 812	26 383 403
Fornecimentos e serviços externos		69 683 075	34 261 692
Custos com o pessoal		64 827 356	34 174 983
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de AFT e AI	7 e 8	14 072 224	5 442 350
Outros custos operacionais		2 060 093	1 592 841
Total de custos operacionais		<u>197 694 560</u>	<u>101 855 269</u>
Resultados Operacionais		<u>11 591 991</u>	<u>10 913 096</u>
Custo de Financiamento líquido	16	2 454 568	-579 756
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		25 201	1 880
Resultados antes de impostos		<u>9 162 624</u>	<u>11 494 732</u>
Imposto sobre o rendimento	17	-518 312	2 707 545
Resultado líquido consolidado		<u>9 680 936</u>	<u>8 787 187</u>
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		8 404	-1 126 625
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		<u>9 689 340</u>	<u>7 660 562</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		9 500 549	8 872 365
Interesses não controlados		180 387	-85 177
		<u>9 680 936</u>	<u>8 787 187</u>
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		9 508 953	7 745 740
Interesses não controlados		180 387	-85 177
		<u>9 689 340</u>	<u>7 660 562</u>
Resultado por acção:			
Básico	9	<u>0,35</u>	<u>0,33</u>
Diluído		<u>0,35</u>	<u>0,33</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O SEGUNDO TRIMESTRE DOS ANOS DE 2017 E 2016
(valores em euros)

	Notas	2º TRIMESTRE (não auditado)	
		2017	2016
Proveitos operacionais			
Vendas	5	108 966 974	54 942 956
Prestações de serviços	5	1 061 071	240 025
Outros proveitos operacionais	6	2 894 105	658 495
Total de proveitos operacionais		112 922 150	55 841 476
Custos Operacionais			
Custo das vendas		25 363 527	13 452 716
Fornecimentos e serviços externos		37 724 851	17 540 655
Custos com o pessoal		33 295 846	17 364 915
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	7 e 8	7 392 378	2 724 675
Outros custos operacionais		1 339 631	407 556
Total de custos operacionais		105 116 233	51 490 517
Resultados Operacionais		7 805 917	4 350 959
Custo de Financiamento líquido	16	1 160 639	471 270
Ganhos em empreend.conjuntos - MEP		19 836	10 189
Resultados antes de impostos		6 665 114	3 889 878
Imposto sobre o rendimento		-964 558	966 312
Resultado líquido consolidado		7 629 672	2 923 566
Outro rendimento integral:			
Variação da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		54 106	-167 575
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		7 683 778	2 755 991
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		7 503 303	2 959 206
Interesses não controlados		126 369	-35 639
		7 629 672	2 923 566
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		7 557 409	2 791 631
Interesses não controlados		126 369	-35 639
		7 683 778	2 755 991
Resultado por acção:	9		
Básico		0,26	0,14
Diluído		0,26	0,14

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2017 e 2016
(valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital							Interesses que não Controlam	Total Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Reservas de conversão cambial	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	20 000 000	-11 179 644	-850 439	4 000 001	107 372 132	10 582 266	129 924 316	5 121 687	135 046 003
Alterações do período:									
Aplicação do resultado consolidado de 2015:									
Transferência para reservas e resultados transitados					10 582 266	-10 582 266	-		-
Aumento Capital	4 000 000			-4 000 001			260 522	-260 522	-
Efeito variação de minoritários									
Reservas de conversão - Angola			-1 126 625						-1 126 625
Resultado consolidado do período de seis meses findos em 30 de Junho de 2016						8 872 365	8 872 365	-85 177	8 787 188
Total alterações do período	4 000 000	-	-1 126 625	-4 000 001	10 842 788	-1 709 901	8 006 262	-345 699	7 660 563
Resultado líquido consolidado						8 872 365	8 872 365	-85 177	8 787 188
Rendimento consolidado integral							7 745 740	-85 177	7 660 563
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado consolidado de 2015:									
Dividendos distribuídos					-1 800 000		-1 800 000	-3 798 270	-5 598 270
	-	-	-	-	-1 800 000	-	-1 800 000	-3 798 270	-5 598 270
Saldo em 30 de Junho de 2016	24 000 000	-11 179 644	-1 977 064	-	116 414 920	8 872 365	136 130 578	977 718	137 108 296
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	24 000 000	-11 179 348	-2 002 180	-	117 522 486	23 387 471	151 728 429	333 399	152 061 828
Alterações do período:									
Aplicação do resultado consolidado de 2016:									
Transferência para reservas e resultados transitados					23 387 471	-23 387 471	-		-
Aumento Capital	6 000 000				-6 000 000				-
Reservas de conversão - Angola			8 404				8 404		8 404
Resultado consolidado do período de seis meses findos em 30 de Junho de 2017						9 500 549	9 500 549	180 387	9 680 936
Total alterações do período	6 000 000	-	8 404	-	17 387 471	-13 886 922	9 508 953	180 387	9 689 340
Resultado líquido consolidado						9 500 549	9 500 549	180 387	9 680 936
Rendimento consolidado integral							9 508 953	180 387	9 689 340
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado consolidado de 2016:									
Dividendos distribuídos					-2 160 010		-2 160 010		-2 160 010
	-	-	-	-	-2 160 010	-	-2 160 010	-	-2 160 010
Saldo em 30 de Junho de 2017	30 000 000	-11 179 348	-1 993 776	-	132 749 947	9 500 549	159 077 372	513 786	159 591 158

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2017 e 2016
(valores em euros)

	Nota	Períodos de seis meses findos	
		em 30 de 2017	Junho 2016
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		205 276 364	107 467 096
Pagamentos a fornecedores		-120 116 066	-65 764 614
Pagamentos ao pessoal		-51 921 410	-25 184 310
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		250 158	-705 510
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional		-3 568 360	1 100 551
Fluxos das actividades operacionais (1)		29 920 686	16 913 213
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		10 320	
Activos fixos tangíveis		5 028	2 770
Activos intangíveis			
Subsidios de Investimento			4 608
Juros recebidos		646 803	1 943 062
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		40 348	22 562
Outros activos financeiros		1 518 108	6 451 791
Activos fixos tangíveis		17 712 071	10 983 947
Activos intangíveis		659 301	974 326
Empréstimos a accionistas		500 000	
Fluxos das actividades de investimento (2)		-19 767 677	-16 482 186
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1 000 000	9 970 128
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		5 101 588	2 326 945
Amortizações de contratos locação financeira		927 293	75 773
Juros e custos similares		3 068 645	1 316 293
Dividendos pagos		2 160 010	5 598 270
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-10 257 536	652 847
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-104 527	1 083 874
Efeito da variação perímetro			
Efeito das diferenças de cambio		-1 424	-540 267
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		37 782 889	14 425 207
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		37 676 938	14 968 814

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 648 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Ribs, FrescoCo, SantaMaría, Kentucky Fried Chicken, Burger King, O’ Kilo, Roulotte, Quiosques, Pizza Móvil, Miit, Sol, Sugestões e Opções, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 499 unidades de exploração própria e 149 em regime de franquia. Deste universo, 319 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 181 estabelecimentos próprios e 138 franquizados, e 10 em Angola.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

A Empresa-mãe da Ibersol SGPS é a sociedade ATPS – SGPS, S.A..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 01 de Janeiro de 2017, em particular com a Norma Internacional n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, alterado para o justo valor no caso dos instrumentos financeiros derivados.

As políticas contabilísticas adoptadas a 30 de Junho de 2017 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras em 30 Junho e 31 de Dezembro de 2016.

3. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras requer estimativas e julgamentos da gestão. As estimativas e julgamentos adoptadas a 31 de Dezembro de 2016 não foram substancialmente diferentes dos valores que se efectivaram no período findo em 30 de Junho de 2017.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

4.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 30 de Junho de 2017 e 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2016 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação		
		jun/17	jun/16	dez/16
Empresa mãe				
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe	mãe
Empresas filiais				
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
(d) Ibersande Restauração, S.A.	Porto	100%	80%	100%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%	61%
Vídisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ferro & Ferro, Lda.	Porto	100%	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100%	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%	100%
(c) Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Porto	-	100%	-
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%	100%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Porto	100%	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%	100%
(b) Vídisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%	100%
Gravos 2012, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Lusinver Restauracion, S.A.	Vigo - Espanha	100%	-	100%
The Eat Out Group S.L.U.	Barcelona - Espanha	100%	-	100%
Pansfood, S.A.U.	Barcelona - Espanha	100%	-	100%
Foodstation, S.L.U	Barcelona - Espanha	100%	-	100%
(e) Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	Barcelona - Espanha	50%	-	50%
Pansfood Italia, S.R.L.	Barcelona - Espanha	100%	-	100%
Empresas controladas conjuntamente				
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

(c) Empresa incorporada por fusão na filial José Silva Carvalho Catering, S.A. em Julho de 2016, com efeitos a 01 de Janeiro de 2016.

(d) Em virtude da aquisição do grupo Eat Out, o Grupo passou a deter 100% da subsidiária Ibersande, por via da participação de 20% da Pansfood, S.A.U..

(e) Apesar da empresa-mãe deter 50% dos direitos de voto, existe controlo da subsidiária Dehesa.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo.

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

4.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

4.2.1. Aquisição de novas sociedades

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2017 não houve lugar à aquisição de novas sociedades.

Em contrapartida, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o grupo Ibersol adquiriu as seguintes subsidiárias:

Firma	Data entrada	Sede	% Participação	
			2016	2015
The Eat Out Group S.L.U.	31-Out-16	Barcelona - Espanha	100,00%	-
Pansfood, S.A.U.	31-Out-16	Barcelona - Espanha	100,00%	-
Foodstation, S.L.U	31-Out-16	Barcelona - Espanha	100,00%	-
Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	31-Out-16	Barcelona - Espanha	50,00%	-
Pansfood Italia, S.R.L.	31-Out-16	Barcelona - Espanha	100,00%	-

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações consolidadas da posição financeira a 31 de Dezembro de 2016:

	<u>Data da aquisição</u>	<u>Dez-16</u>
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	32.360.743	32.654.939
Existências	2.706.371	2.646.062
Impostos diferidos activos (Nota 18)	5.941.376	5.601.456
Outros activos	18.937.159	19.012.245
Caixa e equivalentes a caixa	3.640.340	5.523.047
Provisões (Nota 19)	-1.000.000	-1.000.000
Empréstimos	-16.982.720	-25.794.395
Impostos diferidos passivos (Nota 18)	-679.372	-863.895
Outros passivos	-37.602.707	-31.153.618
	<u>7.321.190</u>	<u>6.625.841</u>
Goodwill (Nota 9)	70.647.649	
Interesses minoritários	-868.839	
	<u>77.100.000</u>	
Preço de aquisição	<u>77.100.000</u>	
Pagamentos efectuados	77.100.000	
Montantes a pagar no futuro	-	
	<u>77.100.000</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	77.100.000	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	3.640.340	
	<u>73.459.660</u>	

O goodwill do Grupo Eat Out no montante de 70.647.649 euros, foi apurado com base em valores provisórios dos activos líquidos adquiridos.

Os impactos das aquisições na demonstração de resultados foram os seguintes:

	<u>jun/17</u>
Proveitos operacionais	78 831 765
Custos operacionais	-77 253 762
Resultado financeiro	-614 500
Resultado relativos a investimentos	-
Resultado antes impostos	963 503
Imposto sobre o rendimento	-248 769
Resultado líquido	<u>714 734</u>

Da incorporação das subsidiárias adquiridas, no consolidado do grupo, resulta variações significativas na demonstração consolidada do rendimento integral a 30 de Junho de 2017, face ao mesmo período do exercício de 2016.

4.2.2. Alienações

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 não ocorreram alienações de subsidiárias.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação:

SEGMENTO	MARCAS					
Restaurantes	Pizza Hut	Pasta Caffè	Pizza Movil	FresCo	Ribs	StaMaria
Counters	KFC	O'Kilo	Miit	Burguer King	Pans &C. ^a	Quiosques
Concessões e Catering	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		Travel

Os resultados por segmento para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016 são:

	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
30 DE JUNHO 2017					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	48 008 555	93 702 996	62 024 567	614 986	204 351 105
Volume de Negócios	48 008 555	93 702 996	62 024 567	614 986	204 351 105
Royalties	1 709 603	3 675 667	793 139	-	6 178 409
Rendas e Condomínios	5 430 584	9 618 877	18 288 646	-	33 338 108
CEVC	9 875 236	24 838 930	12 337 646	-	47 051 812
Cash-flow operacional (EBITDA)	6 097 540	13 164 757	6 401 918	-	25 664 215
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	3 034 657	6 112 361	4 867 297	57 908	14 072 224
Resultado operacional (EBIT)	3 062 883	7 052 396	1 534 621	-57 908	11 591 991
30 DE JUNHO 2016					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	34 417 524	62 862 493	10 699 674	160 614	108 140 305
Volume de Negócios	34 417 524	62 862 493	10 699 674	160 614	108 140 305
Royalties	1 535 736	2 924 655	112 932	-	4 573 323
Rendas e Condomínios	3 967 773	5 421 698	1 756 200	-	11 145 671
CEVC	6 866 224	16 835 302	2 681 877	-	26 383 403
Cash-flow operacional (EBITDA)	3 516 049	8 676 077	4 163 320	-	16 355 446
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	1 290 106	3 169 299	863 294	119 651	5 442 350
Resultado operacional (EBIT)	2 225 943	5 506 778	3 300 026	-119 651	10 913 096

O detalhe de créditos e activos não correntes por geografia a 30 de Junho de 2017 e de 2016, apresenta-se como segue:

30 DE JUNHO 2017	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	101 753 703	98 926 023	200 679 726
Mercadorias	602 796	688 889	1 291 685
Prestação de Serviços	103 185	2 276 509	2 379 694
Volume de Negócio	102 459 684	101 891 421	204 351 105
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	147 045 704	45 724 206	192 769 910
Goodwill	7 605 482	103 551 176	111 156 658
Impostos diferidos activos	2 574 549	4 962 204	7 536 753
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2 442 832	-	2 442 832
Activos financeiros disponíveis para venda	470 568	-	470 568
Outros activos financeiros	9 110 746	-	9 110 746
Outros activos não correntes	-	6 531 413	6 531 413
Total de activos não correntes	169 249 881	160 768 999	330 018 880
30 DE JUNHO DE 2016	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	82 382 153	24 374 890	106 757 043
Mercadorias	234 000	759 267	993 267
Prestação de Serviços	118 687	271 308	389 995
Volume de Negócio	82 734 840	25 405 465	108 140 305
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	133 368 913	18 155 265	151 524 178
Goodwill	7 605 482	32 903 527	40 509 009
Impostos diferidos activos	2 869 377	387 313	3 256 690
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2 419 771	-	2 419 771
Activos financeiros disponíveis para venda	425 153	-	425 153
Outros activos financeiros	15 085 648	-	15 085 648
Outros activos não correntes	-	1 364 243	1 364 243
Total de activos não correntes	161 774 344	52 810 348	214 584 692

(1) Angola incluída no segmento de Portugal, pela ainda reduzida dimensão das suas operações.

6. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES E SAZONALIDADE

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016, e em virtude da formalização do acordo celebrado com a Ascendi, foram registados proveitos não recorrentes de 2.397.758 eur em proveitos operacionais que correspondem a uma compensação pela perda de tráfego com a cobrança de portagens nas ex-scuts. Também foi acordado não instalar as Áreas de Serviço de Guimarães, Fafe e Paredes tendo sido devolvidos os respetivos direitos de concessão que originou o recebimento dos juros contratuais no montante de 1.570.323 eur (Nota 16). Acresce ainda que foram prestados a terceiros serviços de consultoria no montante de 951 mil euros que têm um carácter não recorrente.

A sazonalidade do negócio de restauração é caracterizada por um menor volume de vendas nos dois primeiros trimestres do ano. As vendas dos seis primeiros meses do ano podem ainda ser influenciadas por períodos que podem ou não ser caracterizados por aberturas e/ou encerramentos de unidades do Grupo. No período que compreende os seis primeiros meses do ano, os anos anteriores têm evidenciado que, em perímetro comparável e com uma distribuição razoavelmente uniforme de aberturas e encerramentos, as vendas são cerca de 46% do volume anual.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2017 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2016						
Custo	11.963.649	150.435.664	76.028.676	19.707.381	411.815	258.547.187
Depreciação acumulada	-	36.522.989	56.954.512	13.802.872	-	107.280.372
Imparidade Acumulada	-	9.169.591	416.747	47.333	-	9.633.671
Valor líquido	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.142
31 de Dezembro de 2016						
Valor líquido inicial	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.142
Variações do perímetro de consolidação	-	61.509.602	37.914.100	956.299	239.525	100.619.526
Conversão cambial	-756.850	-1.723.366	-756.531	-224.851	-19.440	-3.481.038
Adições	135.242	16.405.428	8.187.617	2.615.018	1.215.586	28.558.891
Diminuições	-	863.164	236.294	47.292	105.686	1.252.436
Transferências	-	100.636	5.806	11.681	-234.617	-116.494
Depreciação exercício	74.637	8.041.000	5.062.093	1.082.763	-	14.260.493
Deprec. pelas variações do perímetro	-	38.817.273	28.953.945	1.042.245	-	68.813.463
Imparidade exercício	-	751.562	41.432	24.750	-	817.744
Imparid. pelas variações do perímetro	-	2.080.269	687.570	4.407	-	2.772.246
Reversão de imparidade	-	-90.976	-	-	-	-90.976
Valor líquido final	11.267.404	130.573.092	29.027.075	7.013.867	1.507.183	179.388.621
31 de Dezembro de 2016						
Custo	11.342.041	222.786.283	118.519.498	22.193.978	1.507.183	376.348.985
Depreciação acumulada	74.637	81.893.238	88.409.796	15.115.597	-	185.493.267
Imparidade Acumulada	-	10.319.953	1.082.628	64.515	-	11.467.096
Valor líquido	11.267.404	130.573.092	29.027.075	7.013.867	1.507.183	179.388.621
30 Junho de 2017						
Valor líquido inicial	11 267 404	130 573 092	29 027 075	7 013 867	1 507 183	179 388 621
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-573	-1 476	-798	-179	-7	-3 033
Adições	-	5 783 785	3 267 245	741 692	2 864 947	12 657 669
Diminuições	-	492 256	-62 876	28 933	127 274	585 587
Transferências	-	4 440	2 854	7 795	-15 160	-71
Depreciação exercício	16 889	7 687 781	4 309 002	663 134	-	12 676 806
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	11 249 942	128 179 804	28 050 250	7 071 108	4 229 689	178 780 791
30 Junho de 2017						
Custo	11 341 454	226 592 910	121 375 513	22 851 766	4 229 689	386 391 334
Depreciação acumulada	91 512	88 745 622	92 312 026	15 721 745	-	196 870 904
Imparidade Acumulada	-	9 667 484	1 013 238	58 914	-	10 739 636
Valor líquido	11 249 942	128 179 804	28 050 250	7 071 108	4 229 689	178 780 791

(1) montantes dizem, fundamentalmente, respeito à cozinha central em Portugal, cuja (re)abertura ocorreu neste semestre.

Os investimentos do ano 2016 em imobilizado firme, no montante de cerca 28,6 milhões eur, dizem respeito a abertura de novas unidades e remodelação das existentes, em Portugal e em Espanha. No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2017, foi efetuado um investimento de aproximadamente 2,7 milhões euros na cozinha central em Portugal. O restante investimento diz respeito, fundamentalmente, à abertura de 3 unidades Burguer King, uma unidade KFC, à abertura da concessão no Aeroporto de Santa Maria (Açores) e de uma unidade no grupo Eat Out.

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os activos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>jun/17</u>	<u>dez/16</u>
Goodwill	111 156 658	111 156 658
Activos intangíveis	13 989 122	14 990 885
	<u>125 145 780</u>	<u>126 147 543</u>

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2017 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis e goodwill, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
01 de Janeiro de 2016					
Custo	42 370 687	23 375 701	5 918 825	759 034	72 424 247
Amortização acumulada	-	9 386 529	5 534 246	-	14 920 775
Imparidade acumulada	1 861 678	3 661 102	39 815	-	5 562 594
Valor líquido	40 509 009	10 328 070	344 764	759 034	51 940 880
31 de Dezembro de 2016					
Valor líquido inicial	40 509 009	10 328 070	344 764	759 034	51 940 880
Variações do perímetro de consolidação	-	12 915 831	9 314 758	-	22 230 589
Conversão cambial	-	-94 715	-	-127 949	-222 664
Adições	70 647 649	1 914 708	54 868	132 476	72 749 701
Diminuições	-	-49 444	50 066	66 883	67 505
Transferências	-	3 150	-	-3 150	-
Amortização do exercício	-	1 291 011	288 783	-	1 579 794
Deprec. pelas variações do perímetro	-	12 108 385	6 754 442	-	18 862 827
Imparidade Exercício	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	7 562	33 274	-	40 836
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	111 156 658	11 709 530	2 587 825	693 528	126 147 543
31 de Dezembro de 2016					
Custo	113 018 336	37 987 818	14 894 091	693 528	166 593 773
Amortização acumulada	-	22 609 624	12 264 391	-	34 874 015
Imparidade acumulada	1 861 678	3 668 664	41 875	-	5 572 216
Valor líquido	111 156 658	11 709 530	2 587 825	693 528	126 147 543

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
30 Junho de 2017					
Valor líquido inicial	111 156 658	11 709 530	2 587 825	693 528	126 147 543
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-	-103	-	-104	-207
Adições	-	264 603	86 999	57 944	409 546
Diminuições	-	1 662	5 253	-	6 915
Transferências	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	-	931 734	472 453	-	1 404 187
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	111 156 658	11 040 634	2 197 118	751 368	125 145 780
30 Junho de 2017					
Custo	113 018 336	38 213 207	14 960 592	751 368	166 943 503
Amortização acumulada	-	23 503 909	12 721 599	-	36 225 508
Imparidade acumulada	1 861 678	3 668 664	41 875	-	5 572 216
Valor líquido	111 156 658	11 040 634	2 197 118	751 368	125 145 780

A distribuição do Goodwill alocado aos segmentos apresenta-se como segue:

	<u>jun/17</u>	<u>dez/16</u>
Eat Out	70 647 649	70 647 649
Restaurantes	11 104 988	11 104 988
Counters	25 349 831	25 349 831
Concessões e Catering	3 874 469	3 874 469
Outros, eliminações e ajustamentos	179 721	179 721
	<u>111 156 658</u>	<u>111 156 658</u>

O goodwill na aquisição dos negócios Eat-Out está autonomizado e não distribuído pelos segmentos em virtude do mesmo ainda estar no período de análise e revisão.

9. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 30 de Junho de 2017 e de 2016, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>jun/17</u>	<u>jun/16</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	<u>9 500 549</u>	<u>8 872 365</u>
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	30 000 000	30 000 000
Número médio ponderado de acções próprias	-2 999 881	-2 999 881
	<u>27 000 119</u>	<u>27 000 119</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,35</u>	<u>0,33</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,35</u>	<u>0,33</u>
Número acções próprias no final do período	<u>2 999 881</u>	<u>2 999 881</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

Na Assembleia Geral Anual de 26 de Maio de 2017 foi deliberado um aumento do capital social para 30 milhões de euros, por incorporação de reservas livres no montante de 6 milhões de euros. Deste aumento do capital social resulta um aumento de 599.976 acções próprias.

10. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 26 de Maio de 2017 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,10 euros por acção (0,10 euros em 2016), correspondendo a um valor total de 2.160.010 euros para as acções em circulação (1.800.000 euros em 2016), cujo pagamento foi efetuado em 23 de Junho de 2017.

11. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>jun/17</u>	<u>dez/16</u>
Garantias bancárias	25 014 954	18 424 430

O montante das garantias bancárias diz respeito, essencialmente, a concessões e rendas.

Adicionalmente a Ibersol SGPS prestou garantias a financiamentos às participadas no montante de 2.750.000 USD.

12. COMPROMISSOS

Não existem compromissos relativos a investimentos contratados na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras.

13. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos nos seis meses findos em 30 de Junho de 2017 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 na rubrica perdas de imparidade de activos, foram os seguintes:

	<u>jun/17</u>						
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Variação</u>	<u>Anulação</u>	<u>Abates bens</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u>
		<u>perímetro</u>		<u>c/</u>	<u>do ano</u>	<u>imparidade</u>	
				<u>imparidade</u>			
Activos Fixos Tangíveis	11 467 097	-	-	-727 460	-	-	10 739 637
Goodwill	1 861 678	-	-	-	-	-	1 861 678
Activos Intangíveis	3 710 538	-	-	-	-	-	3 710 538
Existências	74 981	-	-	-	-	-	74 981
Outros activos correntes	2 753 877	-11	-55 607	-	241 241	-66 366	2 873 134
	<u>19 868 171</u>	<u>-11</u>	<u>-55 607</u>	<u>-727 460</u>	<u>241 241</u>	<u>-66 366</u>	<u>19 259 968</u>

	Dez-16						Saldo final
	Saldo inicial	Variação perímetro	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	9.633.672	2.772.246	-	-1.665.589	817.744	-90.976	11.467.097
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	3.700.917	40.836	-	-31.215	-	-	3.710.538
Existências	74.981	-	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.442.527	2.022.906	-588.973	-	33.885	-156.467	2.753.877
Outros activos não correntes	134.342	-	-134.342	-	-	-	-
	16.848.116	4.835.988	-723.315	-1.696.804	851.629	-247.443	19.868.171

14. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

14.1 Factores de risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) **Risco de mercado**


i) **Risco cambial**

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.


A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, que embora seja ainda de pequena dimensão está em fase de crescimento. A redução do preço do barril de petróleo está a acarretar uma escassez de moeda estrangeira em Angola pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. O financiamento da filial angolana em moeda estrangeira, no montante de 1.250.000 USD, não apresenta grande exposição em função do reduzido montante. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Face às atuais limitações de pagamentos ao exterior, o grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira e a sua cobertura integral com a aquisição de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

A taxa de câmbio utilizada nas demonstrações financeiras para conversão de transacções e saldos expressos em Kwanzas, foram respectivamente de:

jun/17

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 30 de Junho de 2017	Taxa média do 1º semestre 2017
 Kwanza de Angola (AOA)	184,502	186,289

Dez-16

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2016	Taxa média do ano 2016
 Kwanza de Angola (AOA)	184,468	181,554

Em virtude da política adoptada de cobertura dos passivos em moeda estrangeira com activos indexados ao USD os impactos de uma variação cambial durante o período não teria provocado efeito significativo no resultado do primeiro semestre.

ii) **Risco de preço**

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) **Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)**

Com excepção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem activos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo.

O risco principal de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação das taxas de juro de pelo menos 50% do montante em dívida.

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objecto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. A swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro do empréstimo (papel comercial) de 6,25 milhões de euros tem subjacente o prazo de vencimento dos juros e plano de reembolso idênticos às condições do empréstimo. Os financiamentos contratados no final de 2016 serão objeto de operações de fixação durante o ano de 2017, tendo no segundo trimestre sido contratados swaps no montante de 32 milhões de euros.

Baseado em simulações realizadas a 30 de Junho de 2017, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 510 mil euros.

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Em relação a clientes o risco está circunscrito aos negócios de Catering, vendas de mercadorias e prestação de serviços a franquizados que representam menos de 4% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 30 de Junho de 2017, com excepção das já mencionadas OT's da República de Angola no montante de 19 milhões de euros, sujeitas ao risco do país.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia.

A 30 de Junho de 2017, o passivo corrente ascende a 134 milhões de euros, face aos 91 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se a alguns programas de Papel Comercial, com clausulas de denúncia, em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2017 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial considerado em dívida de curto prazo (27.450.000 euros). No entanto, os fluxos de caixa operacionais previstos e, em caso de necessidade, as linhas de crédito contratadas, cujos montantes ainda não foram utilizados, são suficientes para liquidar o passivo corrente.

Mesmo com reduzida utilização, o grupo tem contratadas um montante significativo de linhas de curto prazo. Em 30 de Junho de 2017, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era cerca de 2%. Os excedentes de disponibilidade e outras aplicações de 50 milhões de euros correspondem a 30% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>até Junho 2018</u>	<u>de Junho de 2018 a 2028</u>
Empréstimos	49 314 657	113 698 036
Outros passivos não correntes	-	193 616
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	54 857 955	-
Outros passivos correntes	10 121 897	-
Total	<u>114 294 509</u>	<u>113 891 652</u>

d) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 foi de 39% e 42%, respectivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>jun/17</u>	<u>dez/16</u>
Empréstimos	163 012 693	166 791 662
Outros activos financeiros	-18 995 225	-17 480 341
Caixa e depósitos bancários	-40 696 024	-39 588 532
Endividamento líquido	<u>103 321 444</u>	<u>109 722 788</u>
Capital próprio	159 591 158	152 061 828
Capital total	<u>262 912 602</u>	<u>261 784 616</u>
Rácio de alavancagem financeira	39%	42%

14.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

15. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

15.1 Outros activos e passivos correntes

O detalhe dos outros activos e passivos correntes em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, apresenta-se como segue:

OUTROS ACTIVOS CORRENTES

	<u>jun/17</u>	<u>dez/16</u>
Clientes	11 042 426	11 933 322
Estado e outros entes públicos	913 959	1 542 489
Outros devedores	5 327 184	5 206 424
Empréstimos a accionistas	500 000	-
Adiantamentos a fornecedores c/c	752 255	236 513
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	1 650 000	2 900 000
Acréscimos de proveitos	6 877 519	6 677 919
Custos diferidos	2 734 240	2 841 775
Outros activos correntes	29 797 583	31 338 442
Perdas de imparidade acumuladas	2 873 133	2 753 877
	<u>26 924 450</u>	<u>28 584 565</u>

OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	<u>jun/17</u>	<u>dez/16</u>
Outros credores	10 121 897	10 933 132
Estado e outros entes públicos	7 096 195	7 035 937
Proveitos diferidos	1 557 781	657 354
Outros passivos correntes	18 775 873	18 626 423

15.2 Outros activos não correntes

O saldo da rubrica outros activos não correntes é maioritariamente constituído por depósitos e cauções constituídos em Espanha, resultantes de contratos de arrendamento.

16. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

A decomposição de Custo de financiamento líquido em 30 de Junho de 2017 e 2016 apresenta-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros suportados	2 244 447	1 093 656
Juros obtidos (1)	-557 408	-1 952 083
Diferenças de câmbio	-43 701	-14 544
Descontos de pronto pagamento obtidos	-5 150	-4 447
Outros custos e proveitos financeiros	816 380	297 662
	<u>2 454 568</u>	<u>-579 756</u>

(1) em 2016, montante referente essencialmente a juros de compensação da Aenor. Foi acordado não instalar as Áreas de Serviço de Guimarães, Fafe e Paredes tendo sido devolvidos os respetivos direitos de concessão que originou o recebimento dos juros contratuais no montante de 1.570.323 eur (Nota 6).

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos em 30 de Junho de 2017 e 2016 são detalhados como segue:

	<u>jun/17</u>	<u>jun/16</u>
Imposto corrente	2 755 757	2 645 740
Insuficiência (excesso) de estimativa de imposto (1)	-2 767 138	-9 670
Imposto diferido	-506 931	71 475
	<u>-518 312</u>	<u>2 707 545</u>

(1) montante que resulta, essencialmente, do benefício fiscal (RFAI) considerado na entrega da declaração de IRC do exercício de 2016 pois a essa data verificaram-se estarem cumpridos todos os critérios e parâmetros relevantes para a sua utilização.

A taxa efectiva de impostos sobre lucros (excluindo impacto do RFAI) foi de 24,5% e de 23,6%, respectivamente, em 30 de Junho de 2017 e de 2016, conforme segue:

	<u>jun/17</u>	<u>jun/16</u>
Lucros antes de impostos	9 162 624	11 494 732
Imposto s/ rendimento	2 248 826	2 717 215
Taxa efectiva de imposto	<u>24,5%</u>	<u>23,6%</u>

18. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas no grupo são:

- Accionistas

- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 2.100 acções (*) (**)
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 2.100 acções (*) (**)
- ATPS - SGPS, SA – 16.472.250 acções (**)

(*) os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

(**) Incluídas as acções correspondentes aos direitos do aumento de capital deliberado em 26 de Maio de 2017 e registado na respetiva Conservatória no dia 4 de Julho de 2017.

- Empreendimento conjunto - UQ Consult, S.A.

No que diz respeito aos saldos e transacções com entidades relacionadas, o valor global dos saldos e transacções do Grupo com o empreendimento conjunto UQ Consult diz essencialmente respeito a serviços de apoio e gestão de sistemas de informação e foi de, respectivamente, 840.640 e 1.309.579 euros.

- Administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A.. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António

Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

- Empréstimos a accionistas

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2017, a Ibersol SGPS efetuou um empréstimo remunerado de 500.000 eur ao accionista ATPS, cujo reembolso ocorreu em 03 de Julho de 2017.

19. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou.

a) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. O impacto desta norma está a ser avaliado pela gestão.

b) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". O impacto desta norma está a ser avaliado pela gestão.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

b) IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

c) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Esta alteração não é aplicável à entidade.

d) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos

baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Esta alteração não é aplicável à entidade.

e) IFRS 4 (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Esta alteração não é aplicável à entidade.

f) Alterações à IFRS 15, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

g) IFRS 16 (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. O impacto desta norma está a ser avaliado pela gestão.

h) IFRS 17 (nova), ‘Contratos seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“buildingblockapproach”) ou simplificado (“premiumallocationapproach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. Esta norma não é aplicável à entidade.

i) Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

Interpretações:

a) IFRIC 22 (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

b) IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 04 de Julho de 2017 foi registado, na respetiva conservatória, o aumento de capital por incorporação de reservas no montante de 6 milhões de euros, representado por acções com o valor nominal de 1 eur/cada. No dia 22 de Agosto de 2017, foi divulgado ao mercado o anúncio da operação de atribuição das novas acções, prevendo-se que a admissão à cotação ocorra no próximo dia 06 de Setembro.

Para além do supra mencionado, não existem acontecimentos subsequentes a 30 de Junho de 2017 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Agosto de 2017.

Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução

1 Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas anexas da Ibersol, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho 2017 (que evidencia um total de 420.832.743 euros e um total de capital próprio de 159.591.158 euros, incluindo um resultado líquido de 9.500.549 euros), as demonstrações consolidadas do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

2 É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras consolidadas, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

4 Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

5 Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras consolidadas.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Conclusão

6 Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Ibersol, S.G.P.S., S.A. em 30 de junho de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao semestre findo naquela data de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Porto, 31 de agosto de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161485
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.